

ATA Nº 3

3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2017

9 DE JUNHO DE 2017

----- Aos nove dias, do mês de junho, do ano de dois mil e dezassete, pelas dez horas e dez minutos, no Auditório da Casa das Tias de Nemésio, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na terceira sessão ordinária do ano de dois mil e dezassete.-----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros:-----

----- Paulo Manuel Silva Codorniz – PS, Martinho Fernando de Andrade Diniz – PS, Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Norberto Francisco Ávila Messias - PS, José Sebastião Ribeiro Teixeira de Lima – PS, Verónica Dalila Moules Bettencourt – PS, Luciano Miguel Mendes de Sales – PS, Décio Manuel Lourenço Santos – PS, Maria de Fátima Pimentel Alves Homem – PS, José Manuel de Aguiar Paim – PS, Marco Euclides Lemos Martins – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Hélder Francisco da Silva Pereira - PS em substituição de Francisco Miguel Lima Nogueira – PS, Paulo Jorge Silva Ribeiro – PSD, Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade – PSD, José Carlos de Lima Meneses – PSD, Rui Avelino Sousa Martins - PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto – CDS-PP, Noé de Melo Cota – PS, Cecília de Jesus da Costa Lopes Pereira Melo – PS, Miguel Garcia – PS em substituição de Mónica Andreia Simões Brum – PS, Júlia Martinha Martins Borges Faria - PS, Adélia Maria Ávila Oliveira – PS em substituição de Bruno Dimas Toledo Ávila – PS, Ana Paula Félix – PS em substituição de César Leandro da Costa Toste – PSD, Ana Rita Meneses Branco – PS, Rui Fernandes Nobre de Castro – PS, António Borges – PS em substituição de Carlos Armando Ormonde da Costa – PS e Nuno Miguel Aguiar Meneses – PS. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros:-----

----- Marco Nuno Silva Pereira Monteiro – PS, Francisco Miguel Lima Nogueira – PS, Maria das Mercês Borges de Meneses Monteiro – PSD, Francisco José Martins Teixeira dos Santos – PSD, Mónica Andreia Simões Brum – PS, Bruno Dimas Toledo Ávila – PS, César Leandro da Costa Toste – PSD, Carlos Armando Ormonde da Costa - PS e Rui Fernando Pereira Barcelos Nogueira - PS. -----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:-----

----- Francisco Miguel Lima Nogueira – PS, Maria das Mercês Borges de Meneses Monteiro – PSD, Francisco José Martins Teixeira dos Santos – PSD, Mónica Andreia Simões Brum – PS, Bruno Dimas Toledo Ávila – PS, César Leandro da Costa Toste – PSD, Carlos Armando Ormonde da Costa - PS, Francisco de Freitas da Costa – PSD e Roberto Carlos Barbosa Gaspar – PSD. -----

----- À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco de barra dois mil e treze, de doze de setembro, os seguintes membros: -----

----- Marco Nuno Silva Pereira Monteiro – PS e Rui Fernando Pereira Barcelos Nogueira - PS. -----

----- Para além do Sr. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, Tibério Manuel Faria Dinis, Elmano Manuel Vieira Nunes, Paulo Noval Frederico e Maria Júdite Gomes Parreira. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **ATA DA REUNIÃO DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE – SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA:** -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio para sugerir algumas alterações à ata em causa, as quais foram aceites. -----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor, dezoito do PS, dois do PSD e um do CDS-PP e quatro abstenções, duas do PS e duas do PSD.** -----

----- De seguida foram apresentadas os seguintes votos: -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Recomendação, ao Governo Regional dos Açores, para que à “Terça-feira das Lajes” fosse concedido o critério – tolerância de ponto – usado em festividades análogas, lido pelo Deputado Luciano Sales. -----

----- **A Deputada Ana Paula Félix** usou da palavra e disse que, como membro da Junta de Freguesia das Lajes, não podia deixar de manifestar o agrado pelo voto em causa. Acrescentou que o mesmo vinha de encontro ao anseio da Junta de Freguesia que tinha iniciado, com a aprovação da Assembleia de Freguesia, uma petição pela Vila, precisamente recolhendo assinaturas e enviando para a Assembleia Legislativa Regional o pedido em causa. Concluiu a sua intervenção agradecendo o voto apresentado. -----

----- **O Deputado Luciano Sales** interveio e sugeriu que, do presente voto, fosse também dado conhecimento ao Governo Regional dos Açores. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Clube Naval da Praia da Vitória pelos resultados desportivos alcançados nos Campeonatos Açorianos de Patinagem de Velocidade – iniciados/absolutos (masculinos/femininos), lido pelo Deputado José Manuel Paim. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Governo da República, ao Governo dos Açores e ao Município da Praia da Vitória pela realização da cimeira internacional “Atlantic Interactions”, que visa a constituição do AIR Center – Centro de Investigação Internacional dos Açores, que comporta uma oportunidade significativa na mitigação do downsizing na Base das Lajes, lido pela Deputada Isménia Alves. -----

----- **O Deputado Paulo Ribeiro** usou da palavra e disse que, após ter estado a prestar atenção ao teor do voto, bem como à parte do voto propriamente dito, era evidente que a bancada do PSD também se congratulava pela realização de um evento daquela dimensão no concelho da Praia. Acrescentou que todos eram bem-vindos e que quanto mais gente viesse e que se fosse para deixar dinheiro era ótimo. Disse que se fossem eventos para ocupar a hotelaria, a restauração e dinamizar todo o concelho e até a ilha era sempre bom. Continuou a sua intervenção dizendo que a ideia e o objetivo do AIR Center era fantástica, era excelente, mas estava cansado de estar há quarenta anos a ouvir que se iam resolver tantos problemas, que se iam fazer tantas coisas e, no voto apresentado, havia uma expressão/uma frase que tinha escrito, ou seja, “...discussão final...” pois se tinha sido a discussão final muito mal estavam e muito tinham com que se preocupar, porque depois da cimeira em causa e outras que já tinha havido ao longo dos anos, relacionadas com a Base e com a posição geoestratégica da ilha, nunca tinha ouvido nenhum ministro dizer que o AIR Center se iria localizar nos Açores e muito menos nas Lajes. Acrescentou que não tinha ouvido o presidente do Governo Regional dos Açores, nem o presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, garantir que era nas Lajes e, muito recentemente, na visita do presidente da República, quando se tinha abordado o assunto em causa a conversa não tinha sido esclarecedora. Referiu que o que estava a dizer não tinha nada que ver com questões de natureza partidária, mas sim com questões de que estavam cansados e preocupava-o ver todos embalados na ideia do “vamos ter” e já tinha idade para perceber que nada era garantido, que o “vamos ter” era só quando o tinham. Referiu que, naquele momento, se estavam a congratular com mil e uma coisas que ninguém garantia que iam ser concretizadas. Disse que gostava muito que os Açores voltassem a ter a importância que já tinham tido e que já estava há doze anos naquela Assembleia Municipal, que já tinham apanhado vários Governos da República, do PSD, do PS e o governo atual, que era do PS, apoiado pela extrema-esquerda, que já tinham tido vários problemas, como era o caso do downsizing, a

descontaminação, o licenciamento de obras, ou seja, uma série de coisas que há doze anos ouviam que a República ia fazer, o Governo Regional ia fazer, que todos iam fazer e, no fim, estava tudo na mesma, no que dependia da República não tinha mudado absolutamente nada. Informou que iam votar favoravelmente o voto em discussão, tendo a noção de que estavam a votar uma intenção. -----

----- **O Deputado Luciano Sales** interveio e disse que, no seguimento das palavras do deputado Paulo Ribeiro, o que o voto referia objetivamente era a discussão final para a criação do AIR Center. De seguida disse pensar que todos tinham conhecimento de que o AIR Center era a congregação de um conjunto de países, do qual Portugal fazia parte. Acrescentou que o que o voto, numa primeira instância reconhecia era a importância da criação do AIR Center e da importância que ele iria trazer, quer para o mundo, quer para Portugal, enquanto entidade ou país participante e que o que se pretendia com o voto era que fosse dado reconhecimento pela Praia da Vitória ter tido a hombridade de receber a conferência em causa. Acrescentou que era óbvio que Portugal, os Açores, a Praia da Vitória, atravessava um conjunto de dificuldades, de problemas do qual o Governo da República tinha que ter um papel importante, tal como vinha a acontecer há alguns anos e que se tivesse sido uma decisão final, no sentido dos problemas estarem todos resolvidos no dia seguinte seria excelente para todos. Concluiu dizendo pensar que, acima de tudo, o que era pretendido com o voto era que dessem o reconhecimento pela necessidade da criação do AIR Center, da necessidade e da importância que ele pudesse ter, não para a Terceira nem para a Praia da Vitória, que seria extremamente importante a sua fixação na mesma, mas efetivamente que ele fosse criado e era de reconhecer que o passo tivesse sido dado, de reunirem todas as entidades, todos os países, no sentido de criarem o centro em causa. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que a posição do CDS-PP era muito clara e que o AIR Center, no momento, ainda era um embrião, um conceito. Disse que era louvável a iniciativa; que se tivesse realizado na Praia da Vitória; que partisse do pressuposto de uma redução de forças militares americanas na Base das Lajes, mas já não podiam aceitar que se contentassem com o AIR Center, que de momento ainda era um conceito e nada estava concretizado e o próprio voto espelhava isso mesmo, ao dizer que esperava que houvesse resultados concretos dali a um ano, mas o CDS não podia congratular-se com o facto de ficarem apenas felizes por se ter feito uma reunião na Praia da Vitória. Acrescentou que se o que motivava a criação do AIR Center era a redução de forças militares, então o AIR Center tinha que ser, também, uma compensação para a Praia da Vitória e, sobretudo, para a ilha Terceira pela mesma, não podendo apenas ficar-se por uma reunião realizada em dois mil e dezassete na Praia e, depois, a materialização do que naquele momento era um conceito, vir a ser realizada noutras territórios que não os da ilha Terceira. Concluiu dizendo que o fulcro do AIR Center teria que ser na Praia da Vitória, na ilha Terceira, pelos motivos acima apontados, de forma a compensar os habitantes da ilha. Quanto à iniciativa, disse que era bem-vinda e era louvável, fosse aquele AIR Center ou outro qualquer que viesse a ser criado para compensar a redução das forças militares norte americanas e para

repositionar o arquipélago na geoestratégia nacional, europeia e mundial, porque a geoestratégia ou a posição geoestratégica em termos de localização geográfica já a tinham, faltando apenas coloca-la ao nível político. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Município da Praia da Vitória e à empresa municipal Praia Ambiente pela atribuição do Selo de Qualidade à água para consumo humano fornecida aos habitantes da Praia da Vitória, lido pelo Deputado Luciano Sales. -----

----- **O Deputado Paulo Ribeiro** usou da palavra e disse que, ficavam bastante satisfeitos pela água que era fornecida aos munícipes praienses ser de qualidade garantida. Acrescentou que na sua casa a água consumida era a da torneira, apesar de por vezes pensar duas vezes, devido às notícias que corriam, que não eram propriamente tão boas como as que a ERSARA tinha reconhecido e disse que não estava a colocar em causa nem a capacidade da ERSARA nem os serviços da Praia Ambiente, mas havia coisas que os deixava preocupados e que tinha que ver com os processos de descontaminação dos aquíferos e da água que era para consumo. Disse saberem que, internamente, na Base, muita gente já não consumia água da torneira por indicação das autoridades americanas, sendo que os praienses continuavam a consumir a mesma, porque gostavam daquilo que era deles, queriam apoiar e queriam acreditar no que era deles. Acrescentou que era bom, às vezes, serem utópicos, mas não estavam a falar só de um AIR Center qualquer, mas sim da água para consumo e da saúde pública. Disse que ficavam satisfeitos com o reconhecimento em causa, por causa da ERSARA, mas confessava que tinha as suas dúvidas porque depois se ouvia o que se ouvia, haviam discussões infundadas que, mais uma vez, iam variando ao sabor das cores da república e o mundo, o concelho da Praia e as opiniões iam andando embaladas ao sabor de interesses que não eram os deles. Relembrou que aquela era a penúltima Assembleia antes das eleições, pelo que talvez fosse bom que a campanha, que tardava a iniciar-se, se centrasse, acima de tudo, nos problemas deles e nos problemas que estavam nas suas mãos resolver. Concluiu dizendo que ia continuar a beber água da torneira. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que, relativamente ao voto de congratulação, era curioso que num ano em que se havia falado bastante na questão da poluição dos aquíferos, a ERSARA tivesse galardoado a água da Praia da Vitória. De seguida disse que aquele era um órgão político, eram todos eleitos, pelo que faziam apreciações políticas sobre o que se passava no concelho e tomavam decisões políticas, portanto o galardão da ERSARA era isso mesmo, um galardão político e não deixava de ser curioso que, num ano em que se falava da poluição, a água da Praia fosse a melhor de todas. Posto isso, disse que, obviamente iriam votar contra o galardão político, porque era um voto político. Acrescentou que a água podia cumprir com todos os parâmetros, que a água captada dos furos para fazer as análises também cumpria com os parâmetros da legislação em vigor, mas, cientificamente, havia outros locais no planeta

que usavam outros parâmetros e, comparando a água dos aquíferos da Praia com esses parâmetros de outros locais do planeta onde usavam parâmetros mais restritivos, a água dos aquíferos da Praia apresentava níveis de contaminação, pelo que se há luz da legislação portuguesa a água era do mais puro que havia, há luz de outros parâmetros científicos em vigor noutras terras do planeta onde viviam, a água tinha elementos de contaminação, pelo que há luz do referido, o galardão da ERSARA era um galardão político e o voto político do CDS-PP era de chumbo.-----

----- **O Deputado Luciano Sales** interveio e disse que queria apenas esclarecer que o que estavam a discutir eram duas situações completamente distintas, ou seja, aquilo que era a qualidade da água e aquilo que era o processo de descontaminação que decorria no concelho da Praia da Vitória, decorrente da pegada ambiental deixada pelos norte americanos. Relativamente ao que havia sido referido pelo deputado Pedro Pinto, sobre os critérios, disse achar que os mesmos não eram exclusivos para o concelho da Praia da Vitória, pelo que ao levantar a dúvida quanto a isso estava a colocar em causa aquilo que era a qualidade e os requisitos impostos a todo o país e, provavelmente, a nível da união europeia, pelo que era de crer que, perante a situação em causa, os requisitos aplicados na Praia da Vitória estavam tecnicamente e científicamente corroborados.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra para esclarecer que, efetivamente, quando se havia referido a outras regiões do planeta, não se estava a referir a São Miguel ou ao Corvo ou sequer a Portugal continental, mas sim a outros países, pelo que, obviamente, à luz da legislação nacional, que se aplicava de norte a sul de Portugal, incluindo Açores e Madeira, a água cumpria com os critérios, mas se comparassem essa água com os critérios vigentes em outros países a água apresentava elementos de contaminação, como por exemplo no Canadá.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por maioria, com um voto contra do CDS-PP.** -----

----- Pelo Grupo do CDS-PP:-----

----- Voto de Saudação, ao Grupo Desportivo das Fontinhas, que após ter vencido, na presente época desportiva, o Campeonato e a Taça da ilha Terceira, se sagrou campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, subindo, assim, ao Campeonato de Futebol dos Açores, lido pelo Deputado Pedro Pinto.-----

----- **O Deputado Luciano Sales** usou da palavra e disse que o PS também tinha um voto com o mesmo teor, mas acrescentaria uma pequena correção ao voto apresentado, ou seja, associaria, também, ter sido o vencedor do torneio de abertura da primeira prova da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata).-----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, à freguesia do Porto Martins e à Vila das Lajes, pelo prémio de Excelência no Eco Freguesias; às freguesias da Agualva, biscoitos, Cabo da Praia, Fonte do Bastardo, Quatro Ribeiras e Vila Nova, pelo Galardão de Eco Freguesia; às freguesias de Santa Cruz e São Brás, pelo Galardão de Reconhecimento, lido pela Deputada Rita Branco. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do CDS-PP: -----

----- Voto de Saudação, ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, à equipa técnica e a todos os atletas, pelo excelente desempenho na presente época desportiva, lido pelo Deputado Pedro Pinto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, pela organização do XIV Congresso Insular das Misericórdias, lido pelo Deputado Marco Martins. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Sport Clube Praiense, pelos resultados desportivos alcançados na época 2016/2017, lido pelo Deputado António Borges. -----

----- **O Deputado Rui Martins** iniciou a sua intervenção dizendo que lhe custava um pouco estar a falar no assunto, mas a sua intervenção surgia no seguimento de outra que já havia tido em relação a um Voto, que por acaso e salvo erro, tinha que ver com o mesmo clube, mas não era nada contra o mesmo, tinha sim que ver com a situação de voto em si, ou seja, não tinha percebido bem se o Voto era de congratulação ou de consolação. Disse que quem acompanhava o desporto sabia que o Praiense tinha como objetivo principal, para o corrente ano, a subida de divisão, que tinha sido uma equipa que tinha investido, que tinha criado um plantel e condições para lutar e subir de divisão, mas tinha falhado o seu objetivo. Acrescentou que não queria colocar em causa o trabalho da coletividade, porque todo ele era de louvar, mas todos os clubes passavam por essa situação, ou seja, quando começavam uma prova, juntavam todos os seus esforços para lutarem por um objetivo. Disse que na Assembleia votavam, e a bancada do PSD vinha a fazê-lo, a favor das vitórias que os clubes e as associações iam tendo no concelho, mas votar um Voto porque o Praiense não tinha conseguido subir de divisão, para si, era ridicularizar os votos e se tivesse numa coletividade e recebesse um Voto de Congratulação por a sua equipa não ter subido de divisão iria ficar, no mínimo, surpreendido. Disse que aquela apreciação não era nada pessoal pelo facto de pertencer a outro clube nem era uma posição da bancada, porque como era óbvio não tinham

conversado sobre o assunto, era apenas a sua opinião e que vinha no seguimento de outras, mas achava aquele um Voto ridículo.-----

----- **O Deputado Luciano Sales** interveio e disse que queria apenas esclarecer que o teor do Voto e que o que era pretendido com o mesmo era o reconhecimento pela melhor classificação e pelo melhor resultado alcançado na história, quer do Praiense, quer de algum clube da ilha Terceira.-----

----- **O Deputado José Carlos Meneses** usou da palavra e disse que estava a fazer um esforço para não intervir e que, naquela Assembleia, já havia vivido dois sentimentos opostos relativamente a outros votos, não se tendo manifestado, mas relativamente ao Voto em causa ia votar contra porque, e pegando no que o Deputado Rui havia dito, achava que o PS, durante a presente legislatura, tinha ridicularizado a figura dos votos, ou seja, não era nada contra o Praiense, mas quando se começava a votar não descidas de divisão, não subidas de divisão, era ridicularização da figura do Voto. Concluiu dizendo achar que já tinham maturidade suficiente para entenderem o que se devia ou não louvar.-----

----- **O Deputado Luciano Sales** interveio para dizer que lamentava, profundamente, aquelas que tinham sido as palavras expressas pelo Deputado José Carlos Meneses. Disse que o PS, durante a referida legislatura, tinha assumido o papel que entendeu adequado e tinha entendido o reconhecimento, fosse ele de instituições desportivas, culturais, etc., pela respetiva atividade. Acrescentou que as palavras do Deputado José Carlos, relativamente à ridicularização, transpunham, na perspetiva municipal do PSD, a ridicularização daquilo que tinha sido a ação das próprias associações do concelho da Praia da Vitória, para além de que o PS lamentava o facto do grupo municipal do PSD apenas ter apresentado, naquela Assembleia e no decorrer daquela legislatura, três votos.- -----

----- **O Deputado Rui Castro** usou da palavra e disse que não se tinha apercebido que o Deputado Luciano Sales já havia solicitado autorização para intervir, pelo que a anterior intervenção tinha esvaziado um pouco a sua, uma vez que fazia daquelas palavras as suas. Acrescentou que havia uma coisa que não podia deixar passar, ou seja, que o grupo municipal do PS se dava ao trabalho de fazer um levantamento exaustivo das coisas que aconteciam no concelho e nas suas instituições e, consequentemente apresentava os votos que entendia apresentar e que, pelos vistos, incomodavam muito o Deputado José Carlos, como era o exemplo da apresentação do Voto relacionado com a Casa Mortuária das Quatro Ribeiras, apresentado à semelhança de todos os outros que tinham que ver com o mesmo assunto, e que tinha sido alvo de observação por parte do Deputado José Carlos, não sabendo o porquê. Acrescentou que não sabia qual era o problema de se apresentarem votos, pois os mesmos eram regulamentados e estavam dentro do que se devia fazer. Disse entender que a apresentação dos votos era sinal do trabalho que se fazia no concelho e do trabalho que faziam na Assembleia, pelo que se alguém entendia o contrário, realmente não conseguia compreender aquela posição.-----

----- **O Deputado José Carlos Meneses** interveio para esclarecer que o que havia dito não tinha vinculado o grupo parlamentar do PSD, o que tinha dito era uma opinião pessoal, mantinha e repetia-a todas as vezes que fossem necessárias. -----

----- **A Deputada Maria Francisca Andrade** usou da palavra e disse que, em primeiro lugar, ia-se referir à intervenção do Deputado Luciano Sales relativamente à resposta dada ao Deputado José Carlos, mas o mesmo, na sua segunda intervenção, já o havia referido de forma muito clara, tal como havia feito da primeira vez, ou seja, que se estava a referir à sua opinião pessoal, não à posição da bancada, pois se nunca tinham conversado a respeito do assunto, nunca poderiam ter opinião sobre o mesmo. Relativamente ao que dizia respeito à transposição que o Sr. Deputado Luciano Sales fazia à posição sobre o Voto, uma transposição à opinião sobre o trabalho das instituições, àquilo que era o Voto e em relação aquilo que era, nas suas palavras, a opinião da bancada do PSD, disse que aquele era um salto que entendiam que não fazia sentido nenhum e que nem sequer resultava das palavras do Deputado José Carlos, pelo que aquela era uma situação que queria deixar bem marcada e bem clara. Acrescentou que uma coisa era a opinião sobre o Voto, a utilidade do mesmo e a maneira como ele devia ser visto e utilizado na Assembleia, outra coisa, manifestamente distinta, era a opinião sobre o trabalho das instituições e sobre o valor dos seus resultados. Repetiu que o salto lógico que o Deputado havia feito, para si, não tinha lógica nenhuma, nem decorria das palavras do Deputado José Carlos, nem da opinião do PSD. Disse que aquelas eram afirmações muito perigosas, que iam para além da Assembleia em causa e que fazia questão que ficasse ali marcadas. Relativamente à posição sobre os votos, disse que logo no início do mandato em curso, tinham falado sobre o mesmo várias vezes e tinham deixado a sua posição bem clara. Relativamente ao número de votos, disse que também achava que a posição tinha ficado clara. Concluiu dizendo que ninguém estava a tirar mérito ao trabalho das instituições, mas não podiam estar a congratular e a fazer votos sobre muitas coisas que, realmente eram obrigação das partes envolvidas, quer empresas, quer município, quer instituições e sempre tinham votado favoravelmente quando assim o entendiam, e quando assim era concordavam com o mesmo. Disse, ainda, que quem entregava o Voto primeiro ao Sr. Presidente, para eles, era secundário e pensava que com aqueles esclarecimentos e, se não estava em erro, aquela sim era a posição da bancada do PSD. Por fim, repetiu que no que respeitava às instituições, o salto em causa não tinha sido dado por eles, nem aceitavam que aquelas palavras fossem postas nas suas bocas. -----

----- **O Deputado Rui Martins** interveio para fazer uma correção no próprio voto e o Deputado Luciano havia-o salientado, mas era um erro, sendo que ele talvez não se lembrasse porque não era da sua altura, mas sim da altura do Deputado Rui, ou seja, a participação do Praiense não era a classificação mais elevada que alguma equipa da Terceira tivesse tido nos campeonatos. Disse que o pessoal com mais idade, certamente se lembraria que o Lusitânia tinha participado no segundo patamar do futebol português, na segunda divisão, daquela altura. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que ao longo do presente mandato, o CDS-PP tinha apresentado vários votos de saudação às entidades, sobretudo desportivas, tendo particular cuidado de louvar aquilo que eram as conquistas que os escalões de formação conseguiam, porque considerava que a formação desportiva era fundamental para o sucesso do individuo na sua vida adulta, sob todos os pontos de vista, quer profissional, quer social. Acrescentou que a formação desportiva ensinava disciplina, rigor, perseverança, esforço, dedicação e, portanto, tinham tido esse particular cuidado, sobretudo saudar os feitos alcançados pelas camadas de formação. Disse que o grupo municipal do CDS-PP havia estado reunido com a sua concelhia e com o presidente da mesma e fazia-o sempre que havia uma Assembleia Municipal, de forma a preparar os pontos a discutir, bem como os votos a apresentar e era evidente que tinham analisado a questão do Praiense, mas o que acontecia era que este não tinha vencido, daí a não apresentação de Voto por parte do CDS-PP, caso contrário tinha-o apresentado, provavelmente até antes da apresentação do Voto do PS. Posto isso, disse que se o CDS-PP não tinha apresentado o Voto, era porque considerava que não era merecido, por não ter alcançado um feito desportivo, não tinha vencido. Disse que o clube em causa tinha participado, tinha tido o mérito de lá chegar, mas não tinha vencido e o que vinham a fazer era saudar e louvar as conquistas. Acrescentou que era certo que quem não ganhava não tinha menos mérito do que quem ganhava, porque isso também era ensinado no desporto, ou seja, o mérito era participar e a vitória alcançava-se pelo esforço e dedicação que cada um colocava na prática da sua atividade desportiva. Referiu que, infelizmente e com pesar para todos, o Praiense não tinha conseguido superar os seus adversários, tinha tido o mérito de chegar àquela fase e de estar à porta de subir de divisão, mas não o tinha conseguido, pelo que podiam louvar o esforço, a dedicação, o investimento, mas se assim fosse não iam fazê-lo para o Praiense, mas sim para todos, porque de certeza que todos os que não chegavam lá também investiam aquilo quem eram as suas possibilidades e se esforçavam naquelas que eram as suas capacidades, mas não conseguiam porque tinham adversários mais fortes. Concluiu dizendo que gostava muito de votar favoravelmente, politicamente seria muito bom que o voto do CDS-PP fosse favorável, porque provavelmente os praienses quando vissem ou soubessem que tinha havido um Voto de Louvor ao Praiense, iam ficar felizes, mas eventualmente interrogar-se-iam sobre o porquê de terem havido votos contra ou abstenções, porque infelizmente o que se passava na Assembleia ficava ali, os amigos saberiam, a bancada do CDS-PP, que reunia com frequência, também saberia, à semelhança das outras bancadas, mas o povo em si não sabia, porque não havia comunicação social e, portanto, não iam votar favoravelmente o voto. --

----- **O Deputado Norberto Messias** interveio e disse que o Voto em causa e a polémica que havia gerado vinha, no fundo, na sequência de outras já ali faladas sobre votos. Informou que estranhava a polémica gerada porque tinha tido a oportunidade de votar contra alguns votos apresentados pela sua bancada, pelo que, abster-se, votar contra ou a favor, eram três possibilidades de votação sobre qualquer voto, mas

apresentar votos era parte da liberdade de todos os membros da Assembleia, pelo que podia criticar um voto em particular, podia votar contra um voto em particular, mas causava-lhe estranheza, e há bocadinho o Deputado Rui falava da experiência e, naquele momento era o autarca do PS há mais anos em funções consecutivas, pelo que tinha algum acompanhamento histórico do assunto, que se criticasse o facto de os deputados fazerem o seu trabalho, fosse ele bom ou mau. Acrescentou que podia não concordar com a qualidade do trabalho, mas sentia a obrigação de respeitar o facto de alguém trabalhar, que se podia criticar, mas dizer que se apresentavam votos a mais era dizer que os membros da Assembleia trabalhavam a mais, quando as pessoas passavam o tempo todo a dizer que não faziam nada. Acrescentou que quando eram eles os seus próprios adversários e, como já estava no fim do seu percurso político já estava à vontade para o dizer e aproveitou para pedir autorização ao Sr. Presidente para cumprimentar todos os membros da Assembleia e, enquanto presidente da Comissão Permanente, agradecer o trabalho que os membros da Comissão Permanente e todos os deputados haviam tido em colaboração com a mesma, porque aquela era a sua última sessão da Assembleia Municipal, achava estranho que tivessem aquela atitude. Referiu que, talvez, o PS tivesse a pretensão de saudar tudo e todos, mas o facto era que se todos eles tivessem aquela pretensão ou outra, porque o tempo de Antes da Ordem do Dia também era para intervenções políticas, o poderiam ocupar com intervenções políticas fazendo com que não houvesse tempo para apresentação de votos. Disse que, independentemente da qualidade do desempenho do Sport Club Praiense, na presente temporada, que lhe parecia um excelente desempenho, naturalmente não seria o único clube da Terceira, ou do concelho da Praia com excelente desempenho naquela temporada e, também por isso, a bancada do PS havia tipo a oportunidade de apresentar inúmeros votos dessa natureza, como outras bancadas também tinham apresentado, pelo que lamentava apenas que fossem eles próprios a auto flagelar o trabalho que faziam enquanto membros da Assembleia.

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor do PS, três votos contra, dois do PSD e um do CDS-PP e duas abstenções do PSD.** -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas onze horas e vinte minutos iniciou-se o período da Ordem do dia. -----

----- **O Deputado Norberto Messias** usou da palavra para fazer uma interpelação à Mesa, ou seja, para propor à Assembleia uma alteração à Ordem de Trabalhos, trocando o ponto seis pelo ponto cinco, uma vez que este era a apresentação da certificação das contas e a votação, no seu entender, deveria ser depois da referida apresentação e não antes. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **O Presidente da Mesa** interveio para solicitar autorização para aditar um ponto, que seria o ponto sete, à Ordem de Trabalhos, ponto este que seria a apresentação, discussão e votação da proposta de concessão e exploração do Bar, sito ao Jardim Silvestre Ribeiro, na Praia da Vitória.-----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **1. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 11 DE ABRIL A 22 DE MAIO DE 2017;** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento fazendo uma abordagem em três vertentes: -----

----- 1 – Atividades mais relevantes, desenvolvidas pelo executivo, no período em causa; -----

----- 2 – Projetos e Concursos; -----

----- 3 – Obras em curso / Empreitadas; -----

----- **O Deputado Miguel Garcia** interveio para solicitar um esclarecimento acerca de um assunto que vinha sendo alvo de levantamento de questões por parte da população do Cabo da Praia e que também era uma preocupação da Junta de Freguesia, ou seja, a construção de uma obra particular, um armazém, no Caminho do Meio da referida freguesia. Disse que o armazém tinha como finalidade, segundo resposta da Câmara Municipal à Assembleia de Freguesia que já havia feito por escrito um pedido de esclarecimento sobre o mesmo assunto, a abertura de um espaço comercial. Acrescentou que trazer ali aquele assunto era um pouco incoerente, porque por um lado não podiam castrar o crescimento, o desenvolvimento, a abertura de novos postos de trabalho e era isso que a Autarquia queria, incluindo a Junta, mas por outro lado queriam ver até que ponto podiam ser minimizados ou atenuados alguns impactos visuais que uma construção daquela dimensão trazia para uma freguesia como o Cabo da Praia, uma das mais pequenas da ilha e que já tinha uma zona industrial, que tinha descaracterizado bastante parte da paisagem e da freguesia. Disse que queria ter algum feedback por parte da Câmara Municipal, vendo o que era possível fazer no futuro. Em relação ao armazém em causa, disse que estava tudo legal, dentro do PDM e o mesmo teria que ser terminado, mas no futuro não sabia se fazia sentido pensar numa zona comercial, pelo menos para espaços comerciais daquela dimensão. Referiu que havia algumas hipóteses que, eventualmente, poderiam ser tidas em conta, como algum embelezamento, algum agendamento de introdução de árvores, não sabendo, entretanto, se a Câmara estaria disposta a colaborar e a acompanhar o processo. Concluiu dizendo que era sobre aquele assunto que gostaria de ter algum feedback, de forma a poder transmitir junto de algumas pessoas que manifestavam preocupação e também para que eles sentissem que a Junta tinha em consideração aqueles impactos visuais, uma vez que ficava muito em cima da via, numa zona residencial e não caía bem. Confessou, ainda,

que tinham algum medo que proliferassem outras construções, do mesmo género, das mesmas dimensões e, infelizmente do mesmo estilo de construção, barata embora eficiente, na freguesia que, como já havia dito, já tinha uma zona industrial e era de pequena dimensão.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que agradecia a questão e a oportunidade de esclarecer e que ia dar a palavra à Sra. Vice-presidente que era quem tinha a competência do licenciamento de obras particulares, mas apenas referir alguns aspetos, que tinha tomado conhecimento, relacionados com o processo em causa. Disse que conhecia muito bem a zona e, de alguma forma, compreendia o sentimento das pessoas do Cabo da Praia. Acrescentou que, relativamente ao assunto em causa, tinha uma questão conjuntural, que era aquele problema em concreto e o facto de naquele espaço haver um altar com uma Santa e que se tinha que mexer no mesmo, multiplicando, assim, o que se falava sobre o tema. Referiu que no aspeto conjuntural, a preocupação da Câmara, e até mesmo do proprietário, era haver um esforço de todos, mesmo com sobrecustos para todas as partes, para minimizar o impacto visual, obviamente também, aproveitando e fazendo um altar, com outras características, para que este sobressaísse naquele local e não o armazém. Informou que tinham desenvolvido vários projetos, que tinham sido remetidos para validação e que iam fazer, basicamente, o que a população do Cabo da Praia quisesse em termos do altar, nomeadamente aumentando a volumetria, porque a visibilidade daquele espaço e o choque era feito, fundamentalmente, para quem subia. Disse que iam ter, muito provavelmente, uma reunião extraordinária para aprovarem o Plano Diretor Municipal e aquilo era algo que ia competir a eles, sendo certo que quem viesse a seguir iria condicionar, e iam-se lembrando daquelas coisas à medida que elas iam acontecendo e não na altura em que se aprovavam os instrumentos que tutelavam e regulavam o urbanismo. Acrescentou que o Cabo da Praia ia sofrer, efetivamente uma pressão que ia ser agudizada nos próximos anos, caso fosse concretizado o que estava projetado para lá, nomeadamente a componente dos investimentos no LNG, no abastecimento do gás natural aos navios. Informou que já estavam identificados todos os prédios, a Portos dos Açores já tinha a área toda demarcada, ou seja, ia ser, novamente, uma freguesia pressionada com a construção de novas infraestruturas e, muitas das vezes, quando falavam, com intervenções políticas ou até mesmo de forma apaixonada sobre o futuro da sua terra, tinham que ter consciência de determinadas coisas. Referiu que o Cabo da Praia era um parque que estava completamente lotado, que tinha dois ou três pavilhões que estavam em questões litigiosas bancárias, mas nem sequer estavam à venda, não havia nenhum lote disponível, havia imensa gente interessada, ao ponto de num processo entre a Portos dos Açores, a Câmara e a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia ter sido delimitada uma nova zona de expansão entre as casas de aprestos e o Parque Industrial e em menos de seis meses tinha ficado completamente lotado com novas empresas que já tinham demonstrado interesse e já tinham formalizado as candidaturas ao Competir + para se instalarem, ou seja, ia ser, obrigatoriamente, uma zona de pressão permanente, não só para as infraestruturas de potenciação do Porto, mas

também para aquelas que, em termos de economias de escala para os empresários, eram mais apetecíveis, pelo que também pensava que era fundamental, na revisão ao PDM, que todos tivessem algum cuidado na análise do que ia gerar equilíbrios, ou seja, não podiam perder projetos, como era o caso da questão do abastecimento de navios em LNG porque havia duas ou três pessoas que não iam querer ali. Referiu que havia coisas que o desenvolvimento ia motivar e, como tal, tinham que procurar os equilíbrios, que era o que interpretava da intervenção feita, e os mesmos tinham que ser conseguidos com base no diálogo e na discussão com as pessoas. Informou que tinham sempre alternativa, que era proibir, no âmbito da referida revisão ao PDM, todo aquele tipo de estruturas, tirando as que eram do interesse público regional, que aí nem a Câmara tinha capacidade formal para tal, mas iam cair sempre num dilema, que era o já referido e com razão, ou seja, ou delimitavam novas zonas na zona do Belo Jardim, do lado que confrontava para a Casa da Ribeira, onde havia bastante espaço liberto e para onde se podia ir empurrando o que fosse aparecendo de novo e, assim, libertavam o Cabo da Praia relativamente à pressão futura que ia ter de iniciativas empresariais privadas ou então, interessava ao Cabo da Praia ter estabelecimentos que não eram industriais, que eram comerciais, geradores de emprego dentro de determinada harmonia e determinadas condições. Disse que, basicamente, aquilo ia estar em discussão nos próximos trinta, sessenta dias para efeitos de aprovação da revisão ao PDM que estava a travar muita coisa no concelho. Relativamente ao caso em concreto, aquilo que era conjuntural e que dizia respeito, disse que dava a palavra à Sra. Vice-presidente.

----- A **Vice-presidente** interveio e disse que, havia dado entrada um pedido de licenciamento de um estabelecimento comercial, fazia um ano, para venda de materiais de construção, comércio agrícola e outros. Acrescentou que, nos termos do PDM, não existia qualquer impedimento para licenciamento de estabelecimentos comerciais naquela zona. Disse que o índice de ocupação previsto era de trinta por cento, sendo que, no caso em concreto, tinham uma ocupação de vinte e cinco por cento. Referiu que o processo tinha seguido a sua tramitação normal, tinha recolhido parecer da Secretaria das Obras Públicas, porque confrontava com uma estrada regional, tinha sido imposto a cedência e o passeio e a localização do estabelecimento cumpria com os afastamentos que estavam nos Estatutos das Vias. Relativamente à questão do impacto visual, disse que era preciso que se tivesse em conta que estavam na fase inicial e nesta, o impacto era extremamente agressivo, mas quando estivesse concluído iria ser minimizado, de qualquer forma, como o Sr. Presidente havia referido, desde que o problema havia surgido, têm estado em conversações com o promotor do investimento e existia toda a abertura para colaborar, não só com a questão da deslocalização da Santa como com a construção de um nicho que se considerasse adequado e que merecesse o parecer favorável da Junta e da Assembleia de Freguesia do Cabo da Praia. Informou que estavam a falar de um licenciamento que tinha cumprido toda a tramitação legal, não havia nenhum fundamento para o seu indeferimento e daí que tivesse o Alvará de Construção, ou seja, estava devidamente licenciado. Para além disso, e voltando a

referir a questão já indicada pelo Sr. Presidente, estavam a falar de um estabelecimento comercial que numa fase inicial iria arrancar com três postos de trabalho, mas a ideia era, se tudo corresse bem, atingir os cinco, ou seja, estavam a falar de mais cinco postos de trabalho no concelho, o que era de relevar. Fazendo a interligação com a revisão do PDM, disse que era claro que a Junta de Freguesia tinha toda a legitimidade de poder apresentar uma proposta de condicionantes para a construção de estabelecimentos comerciais, com o impacto que poderia haver de investidores que tivessem uma propriedade e que inclusive tivessem interesse em adquirir algum imóvel, algum terreno para poderem investir naquela zona e ser impedido, aí sim, por força das restrições do PDM, pelo que havia que ponderar, de uma forma equilibrada, as soluções a encontrar. Disse que poderiam, no âmbito da discussão pública, reunirem no sentido de discutirem ou uns índices inferiores para estabelecimentos comerciais daquela natureza ou a proibição total, mas isso teria que ser discutido com a responsabilização de quem assumisse, efetivamente, contemplar isso no PDM, porque causava constrangimentos, esses sim inultrapassáveis por violação do mesmo. Concluiu dizendo que uma das possibilidades de minimizar o impacto poderia ser, e isso também já tinha sido discutido, a colocação de uma cortina arbórea. -----

----- **O Deputado Miguel Garcia** interveio para dizer que agradecia a resposta e a preocupação com o equilíbrio que, realmente, talvez fosse difícil de encontrar. Informou que durante o mês em curso, iam ter Assembleia de Freguesia onde iam levar o assunto em causa e considerar realizar a proposta de eventual integração no PDM, ou os eventuais limites de tamanho para construções do género, ou não. Referiu que, em todo o caso, para uma proposta daquele género, naturalmente depois haviam de, havendo abertura da Câmara, conversar sobre isso, preparar a mesma e ver que soluções é que a Câmara tinha fora do Cabo da Praia, como havia dito o Sr. Presidente, numa zona que até era próxima e tinha espaço para crescer, como era o Belo Jardim, se calhar fazer ali uma alternativa interessante. -----

----- **O Deputado Norberto Messias** usou da palavra e disse que queria apenas relembrar, mais uma vez, que as questões do desenvolvimento económico tinham sempre muita volatilidade, pelo que as regras e as restrições que criassem no concelho eram oportunidades que criavam em concelhos vizinhos, pelo que não se podiam esquecer que se queriam investimento na Praia tinham que criar condições para que ele acontecesse. Disse que era verdade que a infraestrutura em discussão não era simpática visualmente, mas também era verdade que construir uma estrutura simpática visualmente nos dias de hoje, inviabilizava financeiramente qualquer investimento daquele tipo, porque o retorno do mesmo era impossível nos dias de hoje e nas margens de comercialização que tinham. Concluiu dizendo que, restrições no PDM podiam ser importantes, mas era preciso que existissem no concelho áreas alternativas, porque sem isso, estavam a cavar a própria sepultura -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **2. APRESENTAÇÃO DO CONTRATO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA E A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA, PARA CEDÊNCIA DO PISO 0 DO PRÉDIO URBANO LOCALIZADO NA PRAÇA FRANCISCO ORNELAS DA CÂMARA, DESTE CONCELHO.** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** pediu autorização para apresentar os pontos dois a cinco em simultâneo, o que foi aceite. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2016, DA TERAMB, E.M..** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. Como nota, **o Presidente da Câmara Municipal** disse que aquela matéria, aquele processo e aquele projeto seria das áreas mais relevantes para o futuro executivo, tendo em conta a divergência que havia com a EDA, na venda de energia, a entrada, a muito curto espaço de tempo, de novos produtores, entre os quais energia geotérmica gerida diretamente através do grupo EDA, outros investidores privados na área de painéis fotovoltaicos, um investimento muito expressivo de cerca de quatro milhões de euros feito no concelho na Praia da Vitória. Acrescentou que ia ser criada, cada vez mais, uma pressão porque não tinham o consumo a subir, ou seja, basicamente vinham a ter uma estagnação que tinha resultado, em grande parte, da quebra de consumo da própria Base das Lajes. Acrescentou que a redução da Base das Lajes tinha consequências na aquisição de energia renovável, em quem investisse nelas, ou seja, era daquelas coisas que tinham um longo alcance. Concluiu dizendo que deixavam o alerta, para o futuro e para os futuros membros da Assembleia, da importância de vigiarem o processo em causa de perto, da importância de terem em conta que aquele seria um dos dossiês mais importantes para o futuro do concelho, porque se a TERAMB descambasse, não só estaria em causa a valorização energética dos resíduos e a alternativa às bolsas, que não podiam fazer, mas poderia estar em causa, em caso de resultados negativos agravados, um impacto financeiro muito significativo em cima das contas da Câmara e da capacidade daquilo que a Câmara poderia fazer. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **4. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE MONOTORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL – 1º TRIMESTRE DE 2017.** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **5. APRESENTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS, DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA – ANO DE 2016, REMETIDA POR SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA..** -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----
----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA – ANO DE 2016.** -----

----- **O Presidente da Câmara** fez uma explanação do ponto. -----
----- **Submetida à votação, o relatório, foi aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor, vinte e um do PS e um do CDS-PP e cinco abstenções do PSD.** -----

----- **7. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO JARDIM JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO.** -----

----- **O Presidente da Câmara** fez uma explanação do ponto. -----
----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:** -----

----- Tendo a Câmara invoked urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----
----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- Terminados os trabalhos, eram doze horas e quinze minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da terceira sessão ordinária do ano de dois mil e dezassete, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Ass: _____

Ass: _____